HENRIQUE OLIVEIRA, FILIPE FROES, ROGÉRIO COLAÇO, MIGUEL GUIMARÃES, ANA SERRO, CARLOS ROBALO CORDEIRO, JOSÉ RUI FIGUEIRA E ANTÓNIO DINIZ

Festejar para confinar?

Analizamos as novas medidas de combate à pandemia e fazemos sugestões para afinar as mesmas, de forma a passarmos um inverno mais tranquilo do que o último.

O princípio mais importante no combate a uma pandemia em curso é a reação rápida aos aspetos fluidos e dinâmicos dos indicadores, sobretudo da gravidade da doença.

A última reunião do Infarmed foi marcada a 15 de novembro, quando havia 1500 casos e menos de oito mortos por dia em média a sete dias. No dia 25 de novembro, data do Conselho de Ministros, já havia 2500 casos por dia e quase 13 mortos diários; no dia 1 de dezembro, data de entrada em vigor das medidas, já haverá mais de três mil casos por dia e estaremos a caminho dos 20 mortos diários. Ou seja, os números mais que duplicam entre a perspetiva de se tomarem medidas e a real aplicação das mesmas.

Sempre que se baixou a guarda e se atrasou a decisão, a pandemia redobrou a sua força, exatamente como no inverno passado. Temos a vantagem de a gravidade da doença ser, neste momento, cerca de um sexto do que foi sem vacina. O indicador da pandemia IAP, da Ordem dos Médicos e do Instituto Superior Técnico, ainda não atingiu o limiar crítico dos 100 pontos. Enquanto no ano passado, nesta data, estava nos 120 pontos, este ano está nos 90, graças à vacinação. Contudo, o indicador continua a subir e não se podem adiar decisões, sob pena de atingirmos o limiar nos próximos dias.

Anunciar uma semana de confinamento no início de janeiro é admitir, a priori, o falhanço das medidas de contenção atuais e avançar com controlo de danos, em lugar de evitar, preventivamente, esses danos

Já desde o verão se sabia que a vacinação perdia eficácia nos idosos. No entanto, foi dismantelada a estrutura da vacinação, que teve de se repor apressadamente, com menor capacidade. O número de mortos por caso acima dos 80 anos foi em maio, auge da proteção vacinal, menos de 1%, mas hoje essa taxa de mortos por caso supera os 14% nessa classe etária. Tem subido à medida que a vacina deixa de fazer efeito com o tempo. Salvar o Natal e o ano novo significa vacinar mais de um milhão de vulneráveis até, no máximo, ao dia 10 de dezembro. Esse esforço teria de ser feito ontem, não amanhã.

Testar desnecessariamente pessoas que já tiveram a dose de reforço é um desperdício, pois essas pessoas estão no auge da proteção vacinal e não faz sentido consumir recursos e tempo a testar recém-vacinados; a medida da testagem deve ser refinada nesse ponto.

O controlo de fronteiras faz sentido. Mas o mais importante é manter fora das nossas fronteiras as variantes extremamente perigosas, como foi a variante Delta, que ainda nos atormenta e que entrou em Portugal sem qualquer controlo, apesar dos nossos avisos, ou a

atual variante da África do Sul, que pode ser ainda mais perigosa. Deve ser mantida uma vigilância muito apertada sobre as novas variantes e proibidas as viagens de e para zonas sensíveis.

Anunciar uma semana de confinamento no início de janeiro é admitir, a priori, o falhanço das medidas de contenção atuais e avançar com controlo de danos, em lugar de evitar, preventivamente, esses danos. É um sinal errado para a sociedade se a ideia passada for a de que, depois das celebrações de Natal e de ano novo, basta uma semana de confinamento para colocar a pandemia nos eixos. Essa ideia não faz sentido: em epidemiologia, deve evitar-se o alastrar dos contágios previamente, pois a sua restrição futura será sempre mais severa e com mais custos de longo prazo e em vidas.

Deve ser feita uma análise atempada da situação nos dias que precedem o Natal e, sem demorar 15 dias a tomar medidas, decidir se é necessário ser mais drásticos no Natal e ano novo para evitar em 2022 a repetição de janeiro de 2021.

Peritos da Ordem dos Médicos e do Instituto Superior Técnico